

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.928 - SP (2019/0342531-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : FUNDACAO PESQUISA E DESEN.ADM.CONTABILIDADE E ECONOMIA
ADVOGADOS : ANDERSON ROMÃO POLVEREL - SP251509
GUSTAVO CONSTANTINO MENEGUETI - SP243476
TALITA MENEGUETI - SP250554
MARILIA CONSTANTINO VACCARI - SP294084
AGRAVADO : ISABELLA GUIMARAES DE PAULA
ADVOGADO : HYGOR TIKLES DE FARIA - MG166858

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

EMBARGOS DO DEVEDOR - EXECUÇÃO - INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO - DESCONSIDERAÇÃO, ANTE PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO EM RELAÇÃO DE CONSUMO - PRELIMINAR ACOLHIDA - RECURSO IMPROVIDO

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 148 - 151, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, violação aos artigos 63, 236, §§ 1º, 2º, 3º, 489, IV, e 781, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a nulidade do acórdão por deficiência de fundamentação, quanto à tese de validade da cláusula de eleição de foro, por ausência de prejuízo à parte agravada.

Defende a validade da cláusula de eleição de foro na hipótese dos autos.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 211 - 223), pugnando o não provimento do recurso.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 229 - 230, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em

vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão à parte agravante.

Inicialmente, quanto à alegada violação do artigo 489 do CPC de 2015, observo que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia. Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito. Nesse sentido: Edcl no AgRg no Ag nº 492.969/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ de 14.2.2007; AgRg no Ag nº 776.179/SP, Relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 12.2.2007; e REsp 523.659/MG, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 7.2.2007.

Ao oposto do que pretende fazer crer a parte, ao afastar a cláusula de eleição de foro, na hipótese, a Corte local registrou que sua prevalência dificultaria o acesso da parte agravada ao poder judiciário, conforme se depreende do trecho do acórdão abaixo reproduzido (e-STJ, fls. 141 - 142):

Conquanto em princípio válida a cláusula de eleição de foro(STF, Súmula 335), poderá ser considerada abusiva pela constatação de que, da sua prevalência, irá resultar dificuldade de acesso ao Poder Judiciário (CC n2 18.589/GO, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 24.05.99; CC n2 19.105/MS, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 15.03.99; CC n2 19.301/MG, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 17.02.99; CC n2 19.703/PA, Rel. Min. Fontes de Alencar, DJ 22.09.97; CC n2 20.969/MG, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJ 22.03.99; CC n2 21.548/SP, Rel. Min. Costa Leite, DJ 01.03.99; CC 22.995/MG, Rel. Min. Bueno de Souza, DJ 05.04.99;CC n2 29.088/SP, Rel. Min. Waldemar Zveiter, DJ 13.11.00; (...)

No caso, da análise das peculiaridades do caso concreto concluiu o juiz que a prevalência da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão e típica relação de consumo, sem o devido destaque, prejudicará em muito a defesa da excipiente, que contratou serviços

Superior Tribunal de Justiça

educacionais da agravante, Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia FUNDACE em parceria com Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá/MG, na cidade de Araxá, domicílio da contratante, a ora agravada, que ali também recebeu as aulas, como se infere de cláusula contratual.

Por outro lado, a conclusão da Corte local, de que a cláusula de eleição de foro, no caso dos autos, representa prejuízo de acesso ao poder judiciário, foi alcançada mediante a análise de cláusulas contratuais, fatos e provas. Nesse contexto, a revisão da conclusão adotada na origem, para que se acolha a tese de validade da referida cláusula por ausência de prejuízo à parte agravada, é medida que encontra veto nas Súmulas 5 e 7, do STJ, por demandar necessário reexame de cláusulas contratuais, fatos e provas.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora